

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Mercado em reforma, cidade em transição: discursos, revitalização urbana e exclusão social no Mercado Municipal de Campinas

Guilherme Fiori

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17753>

Submetido em: 2026-08-31

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MERCADO EM REFORMA, CIDADE EM TRANSIÇÃO: DISCURSOS, REVITALIZAÇÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL NO MERCADO MUNICIPAL DE CAMPINAS

GUILHERME CARECHIO FIORI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4967-1896>

<g223695@dac.unicamp.br>

Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil

RESUMO: Esta pesquisa investiga o processo recente de revitalização do Mercado Municipal de Campinas, tendo como foco os diferentes embates em torno de sua reforma entre 2022 e 2025. Busca-se reconstruir o espaço crítico constituído em torno do projeto, analisando as críticas e justificativas apresentadas por seus diferentes públicos (Prefeitura de Campinas, permissionários, imprensa local e Câmara Municipal). Apoiando-se na sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot (1999), parte-se da seguinte questão: quais repertórios de justificação e de crítica são acionados por esses públicos, e o que tais repertórios revelam sobre os regimes de valor em disputa e sobre o tipo de crítica ao qual respondem? Esse mapeamento discursivo é articulado à importância econômica e social do Mercado Municipal, situando o caso no contexto da Região Metropolitana de Campinas (RMC), da qual a cidade constitui núcleo articulador de fluxos econômicos, populacionais e de investimento. Ao explorar de que modo a reforma se insere em processos mais amplos de reconfiguração urbana regional, o projeto pretende contribuir na compreensão das disputas que atravessam as intervenções urbanas contemporâneas e suas redes de acumulação.

Palavras-chave: Revitalização urbana; Mercado Municipal de Campinas; Sociologia pragmática; repertório de justificação; reconfiguração urbana.

MARKET UNDER REFORM, CITY IN TRANSITION: DISCOURSES, URBAN REVITALIZATION, AND SOCIAL EXCLUSION AT THE CAMPINAS MUNICIPAL MARKET

ABSTRACT: This research investigates the recent revitalization process of the Municipal Market of Campinas, focusing on the different disputes surrounding its renovation between 2022 and 2025. It seeks to reconstruct the critical space formed around the project by analyzing the criticisms and justifications put forward by its different publics (the Campinas City Government, market permit holders, the local press, and the City Council). Drawing on Boltanski and Thévenot's (1999) pragmatic sociology of critique, the research addresses the following question: which repertoires of justification and critique are mobilized by these publics, and what do these repertoires reveal about the regimes of value at stake and the forms of critique to which they respond? This discursive mapping is articulated with the economic and social importance of the Municipal Market, situating the case within the context of the Metropolitan Region of Campinas (MRC), of which the city constitutes a key hub for economic, population, and investment flows. By exploring how the renovation is embedded in broader processes of regional urban reconfiguration, the research aims to contribute to an understanding of the disputes that shape contemporary urban interventions and their accumulation networks.

Keywords: Urban revitalization; Municipal Market of Campinas; Pragmatic sociology; Justification and critique; Urban reconfiguration.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca reconstruir o espaço crítico constituído em torno da reforma do Mercado Municipal de Campinas, analisando as críticas e justificativas apresentadas pelos diferentes públicos envolvidos no projeto de revitalização. Ainda em andamento, a pesquisa é referente à dissertação de mestrado do autor.

Apoiando-se na sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot (1999), parte-se da seguinte questão: Quais repertórios de justificação e de crítica são acionados pelos diferentes públicos envolvidos no projeto de revitalização, e o que tais repertórios revelam sobre os regimes de valor em disputa e sobre o tipo de crítica ao qual respondem?

A pesquisa é estruturada em dois eixos analíticos. O primeiro eixo será composto pela investigação a respeito da reforma do Mercado, a partir da análise de documentos públicos relacionados ao seu novo projeto de revitalização; depoimentos dados à imprensa local; registros das sessões plenárias da Câmara Municipal; e entrevistas com atores-chave.. Tal investigação será realizada por meio da Análise de Discurso Crítica, proposta por Fairclough (2001), e dividida em dois momentos, investigação interna e a investigação externa dos documentos, cujos procedimentos analíticos serão detalhados posteriormente, na seção de material e métodos. O segundo eixo consiste no aprofundamento teórico e articulação mais direta entre os discursos analisados e a bibliografia central do projeto.

Inaugurado em 1908, o Mercado Municipal de Campinas foi inicialmente construído como armazém destinado ao recebimento e à distribuição de produtos transportados pelas linhas ferroviárias. Em 1925, o espaço foi oficialmente convertido em Mercado Municipal, passando a acompanhar o crescimento comercial da região central e a concentrar diferentes camadas da população campineira, como feirantes, trabalhadores e moradores dos bairros próximos, que passaram a frequentá-lo para abastecimento cotidiano e espaço de lazer.

Ao longo das décadas, o prédio passou por inúmeras reformas e consolidou-se como ponto de referência urbana no centro de Campinas, recebendo diariamente milhares de trabalhadores que circulam pelas avenidas principais da área central, sobretudo aqueles de menor renda que encontram no Mercado e em seu entorno uma rede de serviços e alimentação acessíveis. Esse perfil popular de frequentadores é documentado por Livia Antipon e Marcio Cataia (2019), ao traçar um circuito popular de alimentação em Campinas que se estrutura justamente nessa região, evidenciando como o Mercado Municipal ocupa uma função social central para parcelas da população historicamente vinculadas ao espaço.

Conforme aponta Protti (2010), a partir da década de 1950, a área central da cidade passou a ser ocupada por diversos setores sociais. A instalação de terminais de ônibus urbanos, nas décadas de 1970 e 1980, consolidou a região como o principal ponto de encontro da população proveniente das áreas periféricas, reafirmando o Mercado Municipal como um espaço essencial tanto de abastecimento cotidiano quanto de lazer. Adicionalmente, Souza (2021) destaca que a área concentra uma parcela significativa de atividades do setor terciário que, embora marcado pela precarização e informalidade, movimenta diariamente milhares de pessoas em torno da compra e venda de variados produtos.

Na atual reforma do Mercado, o orçamento inicial anunciado foi de R\$ 6,1 milhões, com prazo contratual de 12 meses, mas a obra sofreu adiamentos. O início ocorreu apenas em julho de 2023 e a reabertura se deu de forma gradual em setembro de 2025, com aproximadamente 80% dos boxes em funcionamento, elevando o investimento final para cerca de R\$ 8,5 milhões, sendo R\$ 5 milhões oriundos de convênio com o Ministério do Turismo por emenda parlamentar do deputado Marcos Pereira, e o restante como contrapartida municipal.

Além dos impactos materiais decorrentes da execução da obra, o próprio processo de formulação e condução da revitalização revela limites importantes no que se refere à participação dos atores diretamente afetados. Conforme relatos veiculados pela imprensa local, os comerciantes do Mercado Municipal teriam participado de apenas uma reunião com representantes da Prefeitura de Campinas e do SETEC para a apresentação do projeto de reforma, realizada quando este já se encontrava homologado. Tal circunstância restringiu significativamente as possibilidades de debate público, negociação e incorporação de demandas dos permissionários, indicando um processo decisório marcado por baixa permeabilidade à participação social e reforçando o caráter verticalizado da intervenção.

O termo revitalização é aqui empregado no sentido de refuncionalização estratégica, conforme proposto por Moura et al. (2013), compreendida como um processo de transformação espacial orientado à atribuição de novas funcionalidades a bens patrimoniais específicos. Complementarmente, Sotratti (2015) concebe a revitalização como “uma prática projetual ou um processo socioespacial liderado estrategicamente por determinados grupos associados ao planejamento urbano contemporâneo” (Sotratti, 2015, s/p), ressaltando seu caráter político e seletivo.

Nessa perspectiva, entende-se que os projetos de reforma vinculados às propostas de revitalização se apresentam como expressões das ideologias e dos sistemas de valores que orientam

os processos decisórios, refletindo, de modo privilegiado, as convicções e interesses dos grupos que detêm parte da tomada de decisões sobre o espaço urbano. Contudo, esses projetos de reforma e revitalização de equipamentos públicos de grande circulação, com elevado interesse comercial e situado em uma região central da cidade são frequentemente atravessados por conflitos que interrompem o fluxo da ação, gerando o que Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999) denominam como “momentos críticos” (1999, p. 359). Nessas situações de disputa, os atores envolvidos são submetidos a um “imperativo de justificação” (p. 360), no qual tanto a crítica quanto a defesa das ações exigem a mobilização de critérios de equivalência para que um novo acordo possa ser alcançado. Nesse sentido, a sociologia pragmática oferece as chaves analíticas fundamentais para compreender como os diferentes públicos mobilizados pela reforma do Mercado Municipal de Campinas articulam repertórios de valor para legitimar suas posições.

É sob este panorama que busca-se analisar a reforma do Mercado Municipal de Campinas, iniciativa apresentada pela Prefeitura em novembro de 2022 e formalmente homologada em abril de 2023, sob a gestão operacional da autarquia Serviços Técnicos Gerais (SETEC). Inserida em meio de projetos e iniciativas públicas voltadas à “revitalização” da área central, como a campanha municipal “Nosso Centro”¹, a reforma do Mercado faz parte da atual dinâmica de revalorização urbana do centro de Campinas, que tem como objetivo principal a reconfiguração dos espaços propostos.

O município de Campinas constitui o principal núcleo da Região Metropolitana de Campinas (RMC), criada oficialmente em 2000 e atualmente composta por vinte municípios. Caracterizada por elevada diversidade produtiva e intensa articulação econômica entre seus municípios, a região consolidou-se como uma das principais áreas de acumulação do estado de São Paulo (SOUZA, 2021). Inserida no chamado Multicomplexo Territorial Industrial Paulista, a RMC funciona como elo estratégico entre a Região Metropolitana de São Paulo e o interior do estado, tendo Campinas como interface da modernização que se difunde pelo interior paulista (SOUZA, 2021).

Nesse contexto, em que Campinas assume um papel central na interiorização de fluxos econômicos e financeiros, a reforma de seu Mercado Municipal torna-se um caso privilegiado para a análise dos jogos de interesse que permeiam a revitalização. Como equipamento localizado no

¹ O Programa “Nosso Centro” é uma iniciativa da Prefeitura de Campinas que integra o Plano de Qualificação da Área Central (PRAC). Foi proposto pelo Executivo municipal por meio de um projeto de Lei Complementar (PLC nº 76/2022) e visa revitalizar o centro da cidade com incentivos urbanos e fiscais. A Lei Complementar 395/2022 (o “retrofit do Centro”) foi aprovada pela Câmara Municipal em dezembro de 2022, com 23 votos favoráveis e seis contrários, e sancionada pelo prefeito Dário Saadi, consolidando o programa como política pública oficial. O programa abrange cerca de 95 hectares do centro urbano, envolvendo aproximadamente 1.900 lotes e cerca de 1.800 imóveis, com incentivos como isenção de IPTU durante obras, Imposto sobre Serviços (ISS) reduzido e entre outros incentivos fiscais.

principal pólo articulador da RMC, suas transformações transcendem a escala estritamente municipal, revelando-se como sintomas das estratégias de requalificação urbana que acompanham a consolidação de Campinas como centralidade regional.

Essa forma de aplicação de políticas públicas dialoga com as formulações de David Harvey (2005, 2012) sobre a lógica empreendedora da governança urbana, na qual o Estado atua ativamente na atração de investimentos via projetos de revitalização. A reforma do Mercado insere-se, assim, em um repertório de ação que une modernização técnica e a imposição de novos padrões de uso comercial. Refletindo o papel central de Campinas na interiorização do capital paulista, a gestão municipal mobiliza o Mercado como um instrumento de disputa por visibilidade e investimento.

Nesse cenário, a reforma do Mercado Municipal de Campinas emerge como um caso emblemático para a investigação crítica das políticas de revitalização urbana. A combinação entre um processo decisório marcado por baixa participação dos atores diretamente afetados e a inserção da intervenção em um conjunto mais amplo de iniciativas de requalificação da área central evidencia a relevância de investigar quais atores estão envolvidos neste embate.

2. A CIDADE E SEU MERCADO

O município de Campinas constitui o principal núcleo da Região Metropolitana de Campinas (RMC), criada oficialmente em 2000 e atualmente composta por vinte municípios. A região destaca-se pela elevada diversidade produtiva e pela presença de centros secundários economicamente dinâmicos, responsáveis por sustentar seu desenvolvimento regional (SOUZA, 2021). Seu funcionamento baseia-se em intensa articulação econômica e em fluxos pendulares de mobilidade entre os municípios.

Conforme observam Monteiro et al. (2020), diferentemente de outras regiões metropolitanas brasileiras, a RMC apresenta uma distribuição populacional mais dispersa, na qual municípios como Paulínia, Sumaré, Indaiatuba e Americana possuem bases econômicas próprias.

Ainda assim, Souza (2021) demonstra que Campinas, Paulínia, Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba e Americana conformam a principal área de acumulação da região, concentrando 74,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da RMC e constituindo os principais polos receptores de investimentos industriais e de infraestrutura. Segundo o autor, a RMC integra o “Multicomplexo Territorial Industrial Paulista”, funcionando como elo estratégico entre a Região Metropolitana de São Paulo e o interior do estado, no qual Campinas desempenha o papel de interface da modernização que se difunde para o interior paulista.

Este elo, segundo Matias (2020), Junior (2020) e Souza (2021), decorre por conta de diversos fatores como a consolidação de um polo científico e tecnológico, que reúne importantes instituições de ensino e pesquisa, como a Unicamp e a PUC-Campinas, responsáveis por atrair investimentos em setores de alto valor agregado, como microeletrônica e informática; da expansão de condomínios logísticos voltados à racionalização das operações de grandes empresas; e da crescente oferta de serviços especializados.

A centralidade de Campinas na dinâmica regional descrita anteriormente reflete-se na posição estratégica que o Mercado Municipal ocupa na área central da cidade. Com seus 143 boxes comerciais, o Mercado consolida-se como um dos principais equipamentos de comércio popular do município. Situado entre as ruas Benjamin Constant e Senador Saraiva, nas proximidades da Avenida Francisco Glicério, eixo comercial fundamental da cidade, conforme aponta Antipon (2020), o espaço está inserido em um denso tecido de trocas econômicas cotidianas. Com uma circulação diária estimada em 8 mil visitantes, segundo o Sindicato Varejista de Campinas (2023), o local, junto ao seu entorno, constitui um dos maiores polos de movimento do centro. Reconhecido por sua trajetória e simbolismo tendo sido eleito, em consulta popular, uma das sete maravilhas de Campinas em 2007, o Mercado Municipal acumula, à sua centralidade comercial, uma centralidade simbólica que amplia o significado social de sua recente reforma.

A história do Mercado Municipal de Campinas também permite compreender como os equipamentos urbanos são permeados por processos de disputa que acompanham as transformações urbanas. O prédio foi inaugurado em 1908 para inicialmente servir como armazém dos produtos trazidos pela Estrada de Ferro Funilense, que havia sido construída em 1899 para atender ao Núcleo Colonial Campos Salles, na região do Funil (cerca de 40 quilômetros de Campinas e que hoje compreende as cidades de Cosmópolis e Artur Nogueira).

Ao explicitar as transformações do Mercado com o passar dos anos, Protti (2010) demonstra que, sua localização estratégica, em terreno pantanoso, afastado do centro, próximo às ferrovias, além de sua ligação direta às famílias cafezeiras da região, já constavam no projeto. O prédio efetivamente se tornou Mercado Municipal apenas em 1925, com o encerramento das atividades da Estação, que também ficou conhecida como Estação do Mercado.

Após a década de 1920, a região presenciou um aumento comercial causado pelo desenvolvimento urbano do município. Entre as novas mudanças, evidência-se a substituição de trilhos por ônibus circulares, o que permitiu o acesso de populações menos favorecidas ao Mercado. Segundo Protti, isso suscitou “a presença do comércio informal, moradores de rua e a

queda na frequência da elite campineira” (2010, p. 11). Dessa forma, novos estratos da população passaram à ocupar efetivamente o espaço do Mercado Municipal.

Dentre outras transformações, a última reforma teve como consequência a transformação da antiga praça frontal em terminal de ônibus urbano em 1980. Tal movimento também demonstra as prioridades políticas da época, dando ênfase no transporte rodoviário de passageiros sobre a valorização de espaços de lazer que o Mercado possuía. Com o tombamento do prédio em 1994, foram realizadas intervenções voltadas à recuperação de sua estética original.

Como foi apresentado, o projeto de reforma foi caracterizado pelo baixo poder de decisão dos principais afetados (os permissionários). Nesta direção, o decorrer da reforma também gerou insatisfações, o que inverteu o cenário de expectativas e trouxe novas reclamações por parte dos permissionários que ocupavam os boxes do prédio. Isso se deu pois, além da demora, no início da reforma as lojas foram realocadas para a área do estacionamento, onde foi instalada uma tenda temporária para o mantimento das atividades. Entretanto, tal mudança provocou enorme descontentamento aos frequentadores do mercado por diversos motivos, como o calor causado pela estrutura instalada que estragava produtos e incomodava visitantes, a falta de espaço para estoque das lojas e a inexistência de um novo estacionamento. Em declarações dadas ao G1 Campinas (2024), alguns favorecidos relataram grandes quedas na presença do público no Mercado.

Além da espera, a reabertura também trouxe frustrações por parte dos permissionários. Embora aguardada, a finalização da reforma deixou comerciantes preocupados por conta do pouco tempo recebido para a mudança das tendas temporárias somada à falta de infraestrutura no prédio, já que alguns boxes ainda não tinham energia e gás instalados, por exemplo, e que demoraram cerca de 60 dias para sua instalação.

Paralelamente ao déficit participativo e à longa espera dos comerciantes, observa-se que os discursos institucionais produzidos em torno da revitalização cumprem um papel central na legitimação da intervenção. Ao enquadrar a reforma do Mercado Municipal sob as chaves da modernização, do progresso técnico, da valorização patrimonial e da promoção turística, o poder público constrói uma narrativa que apresenta o projeto como necessário, consensual e intrinsecamente benéfico à cidade. Neste enquadramento discursivo, a revitalização é posta como solução técnica e inevitável, deslocando para segundo plano os conflitos sociais decorrentes da reconfiguração do espaço.

Para compreender a lógica que orienta esse tipo de atuação do poder público municipal, mobiliza-se o conceito de urbanização corporativa, formulado por Milton Santos (1990) e retomado

por Rizzatti (2014). O conceito designa cidades cuja estruturação e gestão se orientam pelos interesses do capital corporativo e do Estado, em detrimento das necessidades da sociedade como um todo, um modelo no qual o espaço urbano é organizado para assegurar o funcionamento de atividades empresariais, enquanto demandas populares são relegadas ao mercado ou tratadas de forma marginal. Esse referencial é central para este trabalho por permitir nomear a lógica subjacente às justificativas utilizada por parte do poder público, situando-as em um padrão estrutural de gestão urbana.

Sob essa perspectiva, a reforma do Mercado Municipal pode ser compreendida como um ponto de convergência entre diferentes agentes cujos interesses se articulam na produção do espaço urbano. A execução da obra mobiliza recursos públicos provenientes de diferentes escalas governamentais, como a emenda parlamentar destinada pelo deputado federal Marcos Pereira (deputado federal por São Paulo e presidente nacional do partido Republicanos, mesmo partido no qual pertence o prefeito de Campinas, Dário Saadi) via Ministério do Turismo, evidencia a articulação entre agendas locais e estratégias de representação política.

Simultaneamente, a contratação da empresa responsável pelas obras por meio de processo licitatório, a Werk Arquitetura Eireli, insere o setor privado na materialização da intervenção urbana, tornando-o um dos agentes diretamente envolvidos na transformação do equipamento público.

Em uma escala mais ampla, a inserção do Mercado Municipal no perímetro de intervenção do Programa Nosso Centro articula a reforma às políticas municipais de requalificação da área central, que mobilizam instrumentos como incentivos fiscais voltados à dinamização econômica e à valorização imobiliária do centro da cidade. Integrando, desta forma, o projeto a um conjunto mais amplo de políticas de reestruturação urbana associadas ao papel desempenhado por Campinas na interiorização de fluxos econômicos e financeiros no estado de São Paulo.

Segundo Harvey (2005), esta lógica está ligada à virada neoliberal da gestão urbana, onde a partir da década de 1970 as cidades deixam progressivamente de ser geridas sob uma lógica gerencialista, voltada à provisão de bem-estar social, para adotar uma lógica empreendedora, orientada à atração de investimentos. Dentre as principais características desse empresariamento urbano, o autor destaca as parcerias público-privadas, nas quais o poder público oferece incentivos fiscais, terrenos e infraestrutura enquanto o setor privado atua através da inserção de capital; sua natureza especulativa, em que o poder público assume riscos financeiros significativos na expectativa de retornos futuros; e a concentração de investimentos em pontos estratégicos com maior potencial de valorização, como centros históricos e polos tecnológicos.

Nesse modelo, as cidades passam a se comportar como produtos no mercado global, competindo entre si pela atração de capital por meio da promoção de sua própria imagem. Segundo o autor, tal lógica acarreta custos sociais elevados, como o aprofundamento das desigualdades, decorrente do direcionamento de excedentes de capital a projetos especulativos; a fragmentação urbana, que transforma a cidade em um mosaico de áreas altamente valorizadas e conectadas ao mercado global, cercadas por espaços marginalizados; e a apropriação do direito à cidade (Harvey, 2012), na medida em que o poder de decisão sobre os rumos do espaço urbano é deslocado da população.

A reforma do Mercado Municipal de Campinas, conduzida por meio de convênio com o Ministério do Turismo, contratação de empresa privada via licitação e inserção no perímetro do Programa Nosso Centro, com seus incentivos fiscais à valorização imobiliária do centro, apresenta elementos que dialogam diretamente com esse modelo de governança empreendedora, o que confere a Harvey um papel central na interpretação teórica do caso. Tal lógica de atuação do poder público de Campinas também age em outros projetos de urbanização, como são os casos do Aeroporto de Viracopos (Rizzatti, 2014) e do Shopping Parque das Bandeiras (Brasco, 2021).

Por mais que Harvey e parte a literatura clássica sobre gentrificação associe ao conceito à expulsão efetiva de moradores e comerciantes originais por grupos de maior poder aquisitivos (Glass, 1964; Smith, 1979; Marcuse, 1985), autores como Hamnett e Whitelegg (2007) e Shaw e Hagemans (2015) demonstram que processos de valorização e mudança de perfil socioeconômico de um espaço podem ocorrer sem que se verifique deslocamento físico imediato, deslocando o debate para dimensões simbólicas e relacionais da exclusão. Nessa direção, Van Leeuwen (2025) propõe que o dano da gentrificação deve também ser interpretado pela ruptura de vínculos sociais e de reconhecimento construídos historicamente com o espaço, argumento retomado empiricamente por Knieriem, Lagendijk e Van Leeuwen (2025).

O mapeamento desses agentes e mecanismos de captura de recursos permite situar a reforma do Mercado em um padrão estrutural de gestão urbana alinhado aos interesses do capital corporativo. Para compreender como esses interesses se traduzem (ou não) em consenso público, disputas e negociações entre os atores envolvidos, o projeto recorre à sociologia pragmática da crítica de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999). Conforme exposto na seção anterior, os autores definem o "momento crítico" como o ponto de partida para o imperativo de justificação e para a aplicação de critérios de equivalência, conceito que carrega duplo sentido, tanto reflexivo quanto expressivo. É por meio da disputa que os envolvidos são impelidos a justificar suas ações, buscando

critérios comuns para legitimar seus argumentos. Assim, a perspectiva dos autores revela uma pluralidade de modos de justificação com distintos princípios de legitimidade, reconhecendo a capacidade de autodeterminação dos atores sociais, que podem, por iniciativa própria, recorrer a diferentes concepções de ordem social ao coordenar seus planos de ação.

Essa pluralidade de modos de justificação é expressa através do caso do Mercado, cujos episódios de disputa já indicam a mobilização de critérios de legitimidade distintos entre os públicos envolvidos. A reunião única realizada com os permissionários após a homologação do projeto, a instalação da tenda temporária durante as obras e as dificuldades enfrentadas na reabertura configuram momentos em que a legitimidade da intervenção foi publicamente colocada à prova, exigindo dos diferentes atores a justificação de suas posições.

A investigação da política pública de revitalização do Mercado Municipal de Campinas justifica-se quando tomada como chave de leitura das ligações entre Estado, capitais urbanos e modalidades contemporâneas de produção do espaço. Eduardo Marques (2016) destaca a centralidade dos “capitais do urbano” (incorporadores, empresas de serviços urbanos, construtoras e firmas de consultoria) e a forma como estes se articulam com o aparelho estatal, quer pela regulação, quer pela execução contratada de obras e serviços, produzindo mercados e processos de valorização que são profundamente politizados.

Neste enquadramento, projetos de revitalização como o do Mercado constituem pontos onde se operacionalizam estratégias de acumulação, mecanismos de captura de recursos públicos e narrativas de promoção urbana que reordenam usos e atores do centro.

Esse entendimento é aprofundado por Fix e Arantes (2022), ao demonstrar que a produção do espaço urbano como mercado está intimamente ligada ao Estado, onde o mesmo desempenha papel central na articulação entre terras, capitais e infraestrutura. Ao analisar a formação histórica da “máquina imobiliária de crescimento” em São Paulo, os autores evidenciam como obras públicas operam como frentes de valorização, transformando áreas consolidadas da cidade em ativos estratégicos para diferentes frações do capital.

Nesse processo, a urbanização passa a ser mediada por arranjos político-institucionais que combinam investimento público e reordenamento dos usos do espaço, produzindo territórios seletivos e aprofundando a segregação socioespacial. Assim, intervenções urbanas apresentadas como modernização ou revitalização podem ser compreendidas como dispositivos que integram o urbano aos circuitos imobiliário-financeiros, atualizando formas de acumulação ancoradas na valorização do espaço.

Tal lógica de transformação da moradia e de territórios centrais em ativos financeiros se tornou o núcleo estruturante das políticas contemporâneas de urbanização, bem como políticas públicas, incentivos e parcerias público-privado, apontado por Harvey (2005) que formalmente prometem requalificação e acabam por viabilizar circuitos de valorização e exclusão social, segundo Rolnik (2015), ao destacar a dimensão global dessa reconfiguração.

As análises de Marques, Fix, Arantes e Rolnik, entre outras (Klink, 2025; Pimenta, 2023; Caldas et al., 2025; Urriola & Barbosa, 2022; Marques & Lacerda, 2024; Konzen & Vivian, 2020; Zancheti & Golçaves, 2023) que têm se debruçado sobre os processos de reforma e revitalização de áreas centrais das grandes cidades brasileiras contribuem de forma decisiva para a análise do problema. Ainda assim, essas leituras têm focado sobretudo na dimensão econômica dessas reformas e em seu papel no processo de valorização dos "capitais urbanos". O foco deste projeto, por sua vez, está primordialmente na reconstrução do espaço crítico constituído em torno da revitalização do Mercado Municipal, investigando os repertórios de justificação e de crítica mobilizados pelos diferentes públicos envolvidos nesse processo, conforme apresentado nas seções anteriores.

3. MATERIAL E MÉTODO

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, com base em análise documental, e está estruturada em dois eixos analíticos. O primeiro eixo da pesquisa será composto pelo levantamento e análise crítica de documentos públicos relacionados ao atual projeto de revitalização do Mercado Municipal de Campinas combinado à Análise de Discurso Crítica, segundo formulado por Fairclough (2001).

Para dar concretude ao recorte empírico, o corpus documental foi delimitado em três frentes complementares. Em primeiro lugar, para reconstruir o discurso oficial da Prefeitura e da autarquia gestora (SETEC), estão sendo examinados o edital de licitação relativo à obra ("Ato Convocatório nº 18/2021 - Carta Convite nº 01/2021"), termos de homologação ("Diário Oficial Nº 12.618 - Ano L"), e publicações oficiais disponíveis no Diário Oficial do Município e no portal institucional da Prefeitura/SETEC, fontes essas que revelam a justificação técnica, os instrumentos jurídicos e os compromissos formais que nortearam o projeto.

Em segundo lugar, para apreender as percepções, reclamações e repertórios de aceitação/resistência dos comerciantes, o recorte incorpora material jornalístico e depoimentos veiculados pela imprensa local (G1 Campinas, Correio Popular, CBN), que fornecem registros

empíricos sobre experiências concretas durante a obra e as reações dos permissionários. A opção por esses veículos, decorre da sua capacidade de produzir registros empíricos sobre o caso do Mercado, o que os torna adequados à análise qualitativa de discursos e percepções no âmbito da política urbana local, permitindo o acesso a repertórios discursivos de aceitação, contestação e negociação que dificilmente emergem em documentos administrativos formais.

Finalmente, a dimensão legislativa e política é documentada por meio das atas e transcrições de sessões plenárias disponíveis no site da Câmara Municipal, bem como por vídeos da TV Câmara, permitindo identificar eventuais debates, fiscalizações e posicionamentos parlamentares no período de 2022–2025, relacionado ao Mercado Municipal. Cada tipo de documento integra-se analiticamente à investigação, os materiais executivos e oficiais serão utilizados para definir a narrativa institucional e os instrumentos; a imprensa para captar efeitos e resistências na prática; e os registros legislativos para mapear a articulação política e os mecanismos de construção de consenso.

Tais documentos estão sendo utilizados para mapear a narrativa institucional tanto da Prefeitura de Campinas quanto da SETEC (Serviços Técnicos Gerais), autarquia responsável pela gestão do Mercado Municipal. A análise buscará identificar como esses atores públicos vêm construindo discursivamente o sentido da revitalização, assim como os conflitos e resistências manifestados por comerciantes, frequentadores e outros setores da sociedade civil.

Todas essas fontes são acessíveis por meio de canais institucionais, como o site oficial da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, o portal da SETEC e o Diário Oficial do Município de Campinas, e serão articuladas com o referencial teórico previamente discutido. Esse eixo visa, portanto, garantir densidade analítica e sensibilidade empírica ao trabalho, permitindo articular a materialidade do projeto de reforma com os sentidos simbólicos e os interesses sociais em disputa, respeitando a complexidade do objeto e sua inserção em processos históricos e estruturais mais amplos

Como estratégia metodológica para analisar os documentos propostos esta pesquisa adota os princípios da Análise de Discurso Crítica (ADC), conforme proposta por Fairclough (2001), com o objetivo de examinar como os discursos produzidos pela Prefeitura de Campinas e pelo SETEC constroem sentidos sobre o projeto de revitalização do Mercado Municipal.

A ADC é uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar que investiga como a linguagem e o discurso operam na reprodução, manutenção e transformação das estruturas sociais. Diferente de outras correntes, a ADC compreende a língua como uma ciência social crítica voltada para a identificação de problemas sociais e relações de poder (Petersen et. al, 2023). Para a ADC, a

linguagem deve ser entendida como prática social, que implica em uma relação bidimensional, onde o discurso é moldado pelas estruturas sociais, mas também é constitutivo dessas mesmas estruturas. (Onuma, 2020)

Tal aproximação metodológica pressupõe que a produção de discursos seja fundamental para a compreensão de como diferentes atores constroem sentido em torno de suas ações, possibilitando a apreensão de sentidos implícitos nos diferentes textos analisados. A ADC contribui, nesse sentido, como instrumento de leitura textual a serviço do mapeamento dos repertórios de justificação e de crítica mobilizados pelos públicos investigados, oferecendo ferramentas para identificar, nos enunciados oficiais, jornalísticos e legislativos, os vocabulários, metáforas, justificativas e omissões por meio dos quais tais repertórios se expressam linguisticamente. Assim, a análise textual proposta pela ADC é mobilizada para apreender empiricamente como cada público constrói, por meio da linguagem, os critérios de legitimidade que sustentam suas posições diante dos momentos críticos da reforma. A seleção do material se dará com base na recorrência e relevância dos conteúdos entre os anos de 2022 e 2025.

Como apontam Salles e Dellagnelo (2019), em pesquisas fundamentadas na Análise de Discurso Crítica (ADC), é necessário adotar um recorte sobre os significados construídos nos textos, entendendo-os como funções que realizamos por meio da linguagem. Nesta pesquisa, o foco está sendo no significado representacional, isto é, na forma como o mundo físico e social é representado nos textos e discursos analisados.

O segundo eixo analítico da pesquisa é dedicado à articulação interpretativa entre os resultados empíricos obtidos na análise dos discursos institucionais e o referencial teórico mobilizado ao longo do projeto. Diferentemente do primeiro eixo, centrado na identificação dos enunciados, estratégias discursivas e sentidos produzidos pelos documentos oficiais, este segundo momento visa aprofundar a compreensão sociopolítica desses discursos, situando-os em processos mais amplos de produção do espaço urbano e legitimação das políticas de revitalização. Trata-se, portanto, de um movimento analítico de retorno à teoria, no qual os achados empíricos orientam a leitura e a mobilização dos autores, evitando aplicações normativas ou meramente ilustrativas do referencial bibliográfico. Nesse sentido, a bibliografia fundamental é utilizada como um conjunto de chaves analíticas para interpretar os efeitos e implicações dos discursos analisados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou o desenho de uma pesquisa em andamento, vinculada a uma dissertação de mestrado.. A partir do diálogo entre a sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot (1999) e as formulações de Harvey (2005, 2012) sobre a governança urbana empreendedora, buscou-se articular a dimensão discursiva da disputa em torno da reforma à dimensão estrutural do papel de Campinas na dinâmica regional e estadual de acumulação de capital.

Como observado nas análises iniciais apontadas no texto, a narrativa institucional produzida pela Prefeitura e pelo SETEC em torno da revitalização do Mercado cumpre uma função de legitimação que tende a deslocar para segundo plano os conflitos sociais decorrentes da intervenção. As falas de representantes do poder público, como o secretário municipal de infraestrutura, Carlos José Barreiro, e do prefeito Dário Saadi (Prefeitura Municipal de Campinas, 2022, 2023), ao enquadrarem a reforma nas chaves da modernização e da promoção turística, constroem uma imagem de consenso em torno de um projeto que, na prática, envolveu baixa participação dos permissionários e diversos outros problemas já mencionados nas seções anteriores.

Ademais, busca inserir a reforma em um contexto mais amplo do papel desempenhado por Campinas na interiorização do capital paulista. Como núcleo articulador da Região Metropolitana de Campinas e interface da modernização que se difunde para o interior do estado (Souza, 2021), a cidade recorre a projetos de revitalização de seus equipamentos e espaços centrais como estratégia de atração de investimentos e de afirmação de sua centralidade regional, movimento que dialoga diretamente com o modelo de governança urbana empreendedora descrito por Harvey (2005), no qual o Estado atua ativamente na promoção da cidade como produto no mercado global de capitais.

Entende-se que a reforma do Mercado Municipal de Campinas constitui parte de um padrão recorrente de reconfiguração discursiva e material de espaços centrais em cidades brasileiras. Estudos sobre processos análogos em outras cidades do país, como São Paulo (PRIETO e LACZYNSKI, 2020), Porto Velho (PIMENTA, 2025) e Goiânia (PINHO, 2023) sugerem que esses dispositivos de revitalização compartilham repertórios discursivos semelhantes, articulando modernização e turismo como justificativas para intervenções que reproduzem lógicas de exclusão e de captura de recursos públicos por interesses privados.

Cabe reiterar que, por se tratar de pesquisa em fase inicial, as considerações aqui apresentadas são sustentadas pelo referencial teórico e por indícios já observáveis no levantamento preliminar do corpus documental, e não como conclusões definitivas. As próximas etapas envolverão a análise sistemática, interna e externa, dos documentos selecionados, além da realização

de entrevistas com atores-chave, de modo a qualificar empiricamente os repertórios de justificação e crítica mobilizados por cada público e a testar a validade dessas hipóteses à luz do material coletado.

5. REFERÊNCIAS

ANTIPON, Livia; CATAIA, Marcio Antonio. Urbanization and hunger in Campinas (São Paulo, Brazil): from its inception to the popularization of the urban food context. *Sociedade & Natureza*, [S. l.], v. 31, 2019. Acesso em: 12 jun. 2026.

ANTIPON, Livia Cangiano. “Contrarracionalidade no Centro de Campinas: A (Sobre)Vivência dos Trabalhadores da Alimentação Frente à Imposição do Planejamento Estratégico.” *Confins : revue franco-brésilienne de géographie*, 2020.]

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, London, v. 2, n. 3, p. 359-377, ago. 1999. DOI: 10.1177/136843199002003010. Disponível em: SAGE Journals. Acesso em: 4 ago. 2026.

BRASCO, Mayra Abboudi. Os rearranjos espaciais na região Noroeste de Campinas/SP: a expansão urbana na periferia. 2022. 1 recurso online (141 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/4244. Acesso em: 15 dez. 2025.

CALDAS, L.; VIEIRA, L.; CASTRO, A. L. Formas contemporâneas de privatização urbana e desdemocratização na América Latina: uma análise a partir do Brasil, El Salvador e Honduras. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 49., 2025. Disponível em: https://www.encontro2025.anpocs.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVElW SURBREVCjpcJm5M1wifSIzImgiOiI0ODA5OGMyYjUwMTYzZGZkM2RmY2E2NWM5ZTUy ZDk4Yj9&ID_ATIVIDADE=393. Acesso em: 02 fev. 2026.

CAMPINAS.com.br. Mercado de Campinas faz 115 anos com anúncio de revitalização. *Campinas.com.br*, 11 abr. 2023. Disponível em: https://campinas.com.br/turismo/2023/04/mercado-de-campinas-faz-115-anos-com-anuncio-de-revitalizacao/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 28 dez. 2025.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FIX, M.; ARANTES, P. F. São Paulo, cem anos de máquina de crescimento urbano. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 105, p. 185–209, maio 2022.

G1 CAMPINAS. Atraso em obras no Mercado de Campinas impactam vendas de fim de ano. *G1*, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/12/23/atraso-em-obras-no-mercado-de-campinas-impactam-vendas-de-fim-de-ano.ghtml> . Acesso em: 18 dez. 2025.

G1 CAMPINAS. Mercado de Campinas: após atrasos, promessa para 100 dias de Dário tem nova data de término em junho. *G1*, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/04/10/mercado-de-campinas-apos-atras-os-promessa-para-100-dias-de-dario-tem-nova-data-de-termino-em-junho.ghtml> . Acesso em: 18 dez. 2025.

G1 CAMPINAS. Prazo curto para mudança e falta de infraestrutura: reabertura do Mercado de Campinas gera reclamações de permissionários. *G1*, 29 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/08/29/prazo-curto-para-mudanca-e-falta-de-infraestrutura-reabertura-do-mercado-de-campinas-gera-reclamacoes-de-permissionarios.ghtml> . Acesso em: 18 dez. 2025.

GLASS, Ruth. London: Aspects of Change. London: MacGibbon & Kee, 1964.

HAMNETT, Chris; WHITELEGG, Drew. Loft conversion and gentrification in London: from industrial to postindustrial land use. *Environment and Planning A*, v. 39, n. 1, p. 106-124, jan. 2007.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 163–190.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73–89, jul./dez. 2012. DOI: 10.23925/ls.v0i29.18497. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 4 ago. 2026

JUNIOR, Jaime Pereira. Condomínios logísticos, integração das atividades econômicas e a aceleração da reprodução do capital: uma análise do Condomínio Logístico Bresco Viracopos em Campinas (SP). 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_d8f906f0b5400b4e9af1055985af2a26. Acesso em: 4 ago. 2026.

KLINK, Jeroen. Estado, mercado imobiliário e apropriação do espaço nas favelas brasileiras contemporâneas. *Notas de Pesquisa CEFAVELA*, n. 1, 2025.

KNIERIEM, Marijn; LAGENDIJK, Arnoud; VAN LEEUWEN, Bart R. Beyond displacement: gentrification, misrecognition and resistance in Rotterdam's Tweebosbuurt. *Cities*, 2025.

KONZEN, Lucas P.; VIVIAN, Mariana M. A revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre, na perspectiva da geografia jurídica / The revitalization of Maua Pier, in Porto Alegre, from the perspective of legal geography. *Revista de Direito da Cidade*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 390–419, 2020. DOI: 10.12957/rdc.2020.39619. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/39619>. Acesso em: 01 fev. 2026.

MARCUSE, Peter. Gentrification, abandonment, and displacement: connections, causes, and policy responses in New York City. *Journal of Urban and Contemporary Law*, v. 28, p. 195-240, 1985.

MARQUES, E. DE VOLTA AOS CAPITAIS PARA MELHOR ENTENDER AS POLÍTICAS URBANAS. *Novos estudos CEBRAP*, v. 35, n. 2, p. 15–33, jul. 2016.

MARQUES, G. V.; LACERDA, N.. Mercado de tecnologia como vetor da revitalização de áreas históricas: reflexões baseadas no caso recifense . urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 16, p. e20230292, 2024.

MATIAS, Lindon. CARTOGRAFIA das áreas urbanizadas na região metropolitana de Campinas (RMC), Brasil: subsídios para o planejamento e a gestão. *Revista portuguesa de estudos regionais*. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, 2020.. no. 54 (2020), p. 43-52. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1668163>. Acesso em: 4 ago. 2026.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A revitalização urbana – contributos para a definição de um conceito operativo. *Comunidades e Territórios*, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006.

ONUMA, F. M. S.. Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. *Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 585–607, ago. 2020.

PETERSEN, P. T. .; SOUZA, L. Z. DE .; SOUZA, A. E. DE .; ALVES, C. . R. DA S. T. .; JUNGES, F. C. . ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: A CONCEPÇÃO DE DISCURSO SEGUNDO FAIRCLOUGH E A RELEVÂNCIA DA ADC PARA A MUDANÇA E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. *Revista Missioneira*, v. 25, n. 2, p. 123-133, 30 dez. 2023

PIMENTA, Ana Clara de Almeida; DONADONE, Júlio Cesar. As ZEIS como nova fronteira do capital: os artifícios da revitalização, a financeirização e o processo de gentrificação na região da Luz, em São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, Belo Horizonte: Fórum, v. 9, n. 16, p. 91–116, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/813>. Acesso em: 02 fev. 2026.

PIMENTA, Ingrid da Costa. "Porto Velho, meu dengo": transformações do território e a preservação do patrimônio material como identidade cultural. 2025. 126f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2025

PINHO, Luiza Andrade. (Re)qualificação do Mercado Municipal Pedro Ludovico e a sua quadra: um pólo gastronômico e cultural. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) — Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7311> . Acesso em: 30 nov. 2025.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira; LACZYNSKI, Patrícia. São Paulo à venda: ultraneoliberalismo urbano, privatização e acumulação de capital (2017-2020). *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, Brasil, v. 24, n. 2, p. 243–261, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.168529. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/168529>. Acesso em: 20 de jul. de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Reforma do Mercado terá investimento de mais de R\$ 6,1 milhões e deve durar 12 meses. Campinas. 01 de jul. de 2023. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/reforma-do-mercado-tera-investimento-de-mais-de-r-6-1-milhoes-e-deve-durar-12-meses-97560>. Acesso em: 19 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Prefeitura apresenta projeto da reforma do Mercado aos permissionários. Campinas, 01 de nov. de 2022. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/95760/prefeitura-apresenta-projeto-da-reforma-do-mercado-aos-permissionarios>. Acesso em: 25 de dez. de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Reforma do Mercado terá investimento de mais de R\$ 6,1 milhões e deve durar 12 meses. Campinas. 01 de jul. de 2023. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/reforma-do-mercado-tera-investimento-de-mais-de-r-6-1-milhoes-e-deve-durar-12-meses-97560>. Acesso em: 19 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Prefeitura apresenta projeto da reforma do Mercado aos permissionários. Campinas, 01 de nov. de 2022. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/95760/prefeitura-apresenta-projeto-da-reforma-do-mercado-aos-permissionarios>. Acesso em: 25 de dez. de 2025

PROTTI, G. G. Mercado Municipal de Campinas: questões sobre revitalização dos centros históricos. 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

Reforma do Mercado terá investimento de mais de R\$ 6,1 milhões e deve durar 12 meses. Prefeitura de Campinas, Campinas, 01 de jun. de 2023b. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/97560/reforma-do-mercado-tera-investimento-de-mais-de-r-6-1-milhoes-e-deve-durar-12-meses>. Acesso em: 15 dez. de 2025

RIZZATTI, Helena Fonseca. O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014): as ocupações urbanas – um estudo dos usos do território da Região Sul. 2014. 258 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/940190>. Acesso em: 28 nov. 2025.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2015. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. . Acesso em: 31 jan. 2026

ROLNIK, R. et al.. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, v. 17, n. 33, p. 127–154, maio 2015.

SALLES, H. K. de; DELLAGNELO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, [S. l.], v. 26, n. 90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/20409>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTOS JR, Wilson R.; PROENCA, Anderson D. A.. A infraestrutura rodoviária e a urbanização regional contemporânea no território paulista: o caso do corredor urbano Campinas-Sorocaba, Brasil. *EURE (Santiago)*, Santiago , v. 46, n. 138, p. 235-256, maio 2020 . Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612020000200235&lng=en&nr=m=iso. Acesso em: 12 fev. 2026. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612020000200235>.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo*. . São Paulo: Nobel. 1990.

SHAW, Kate; HAGEMANS, Iris J. 'Gentrification without displacement' and the consequent loss of place: the effects of class transition on low-income residents of secure housing in gentrifying areas. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 2, p. 323-341, mar. 2015.

SINDIVAREJISTA DE CAMPINAS E REGIÃO. *Mercadão de Campinas completa 115 anos: veja história e curiosidades desse símbolo do comércio*. Campinas, [2023]. Disponível em: <https://sindivarejistacampinas.org.br/sindivarejista/mercadao-de-campinas-completa-115-anos-veja-historia-e-curiosidades-desse-simbolo-do-comercio/>. Acesso em: 4 ago. 2026.

SMITH, Neil. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n. 4, p. 538-548, 1979.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SOUZA, Tobias de Paula Lima. *O processo de metropolização paulista contemporâneo: um estudo sobre as dinâmicas econômico-espaciais em Campinas pós 1990*. 2021. 317 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: Repositório da Unicamp. Acesso em: 4 ago. 2026

URRIOLA, L. M. G. C.; BARBOSA, G. S.. Estado, capital privado e os processos de revitalização urbano-regional: o caso de Lima e Callao. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. e202236, 2022.

VAN LEEUWEN, Bart R. What is wrong with gentrification-related displacement? *Progress in Human Geography*, v. 49, n. 1, p. 27-46, 2025.

ZANCHETI, Sílvia Mendes; GONCALVES, Norma Lacerda. A REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS HISTÓRICAS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: AVALIAÇÃO DO CASO DO BAIRRO DO RECIFE¹. *Revista Econômica do Nordeste*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 8–24, 2023. DOI: 10.61673/ren.1999.1841. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1841>. Acesso em: 31 jan. 2026.

6. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

7. FINANCIAMENTO:

O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

8. DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar

9. MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Guilherme Fiori é formado em licenciatura e bacharelado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

10. DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, GUILHERME CARECHIO FIORI, aluno do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Estadual de Campinas, declaro, para fins de submissão do paper, que não utilizei ferramentas de Inteligência Artificial generativa no desenvolvimento do trabalho.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.